



A justificação na Epístola aos Gálatas (1.^a parte)

A comunidade de Galácia interrogava-se sobre a forma de o ser pecador superar a prova divina e de alcançar a justiça. À pergunta, que papel ocupava o cumprimento das leis em relação à justificação, respondeu o apóstolo Paulo na Carta aos Gálatas.

— O que é que significa justificação?

O termo justificação leva a perguntar de que forma o ser pecador supera a prova divina, ou seja, pode ser justificado perante Deus: através das suas próprias obras ou através da graça divina? O ser humano é pecador por natureza, e enquanto pecador, independentemente dos seus atos concretos, é culpado perante Deus. Ele próprio mereceu a morte. Só poderá subsistir perante Deus, se Deus se dedicar a ele e o libertar. A justificação vem sempre de Deus e é obra de Deus no ser humano. No entanto, coloca-se a questão de saber o que é que o ser humano poderá fazer para poder alcançar a justificação, e qual a posição atribuída à lei mosaica ao ocorrer a justificação.

Na Antiga Aliança vigorava a noção de que o cumprimento da lei é que trazia a justiça que era válida perante Deus. Nenhuma pessoa, a não ser Jesus Cristo, conseguiu preencher todas as exigências da lei. Assim sendo, o ser humano nunca conseguiu ser justificado através da lei. A carta aos Gálatas, mostra-nos isso de uma forma exemplar.

Para a jovem comunidade cristã original, composta por judeus e gentios, colocava-se a questão de saber qual seria o valor que a lei mosaica ainda teria para os que criam em Cristo. Seria necessário que, tal como se acreditava, primeiramente, os gentios fossem circuncidados, para poderem pertencer a Jesus Cristo? E as regras alimentares, bem como a diferença entre impoluto e poluto, continuavam também a ser importantes?

Foram questões que lançaram a discórdia nas comunidades. Na assembleia de apóstolos, que se realizou por volta do ano 48 d. C., em Jerusalém, esta pergunta foi discutida e tentou arranjar-se uma solução que fosse aceitável, tanto para os judeus como para os cristãos gentios. No final, os cristãos gentios foram informados das conclusões pelos apóstolos e pelos anciões em Jerusalém: dever-se-iam abster das coisas sacrificadas aos

ídolos, e do sangue, e da carne sufocada, e da prostituição (cf. Actos 15,28-29). Deixara, portanto, de se falar da necessidade de circuncidar os gentios. Antes pelo contrário, os gentios são aconselhados a adotarem um comportamento, que tenha em consideração os sentimentos morais e os costumes fundamentais dos cristãos judeus. Os cristãos gentios não deviam comer carne usada como sacrifício aos ídolos, e deviam ainda abster-se do sangue e da carne dos animais que não fossem mortos segundo os costumes dos judeus. Para além disso, foi-lhes imposta a exortação moral para que se abstivessem da "prostituição" – neste caso, para se orientarem pelos padrões morais da lei mosaica.

O apóstolo Paulo mostra a importância que a lei mosaica tem para a fé dos cristãos em geral e, como tal, ainda vai muito mais além daquilo que expressa o chamado decreto dos apóstolos (cf. Actos 15,23-29).

— A situação nas comunidades da Galácia

A Galácia ficava localizada no centro da atual Turquia; onde hoje se encontra a cidade de Ancara. Ali, as primeiras comunidades cristãs eram compostas principalmente por cristãos gentios. Os pregadores criavam neles grande insegurança, ao alegarem que um verdadeiro cristão teria de cumprir a lei mosaica. Ou seja, eles estavam a exigir que os cristãos gentios fizessem a circuncisão e respeitassem as regras alimentares. Para além disso, propagavam uma devoção extrema ao calendário composto por determinados «dias, meses, tempos e anos» (cf. Gl 4,10). O apóstolo Paulo manifestou-se, na sua carta, contra esta tendência proveniente de representantes do círculo dos judeus cristãos.

De forma severa, o apóstolo advertiu os cristãos judeus, fiéis à lei, em relação à falsificação do Evangelho: «Maravilho-me de que, tão depressa, passásseis daquele que vos chamou à graça de Cristo, para outro evangelho; O qual não é outro, mas há alguns que vos inquietam e querem transtornar o evangelho de Cristo. Mas, ainda que nós mesmos, ou um anjo do céu, vos anuncie outro evangelho, além do que já vos tenho anunciado, seja anátema.» (Gl 1,6-8).

Com estas palavras severas, o apóstolo demonstra de forma bem clara a seriedade da situação. O retorno à lei mosaica não é uma formalidade, não é uma forma de expressar dedicação aos hábitos e costumes judaicos, mas sim um afastamento do Evangelho, tal como Paulo pregou às pessoas em nome de Jesus Cristo.

— Fé e obras da lei

No início das suas afirmações relacionadas com a justificação, o apóstolo Paulo concluiu quais eram as contradições entre a lei e o Evangelho. Ele pergunta à Comunidade do Senhor, como foi possível os Gálatas terem-se deixado guiar pelo Espírito Santo: «Recebestes o Espírito pelas obras da lei, ou pela pregação da fé?» (Gl 3,2). A pregação da fé, encontra-se no início da ligação com Deus e leva à receção do Espírito. A receção do Espírito, assim o explica Paulo, não acontece através do esforço humano, antes sendo uma consequência da "pregação da fé", ou seja, a proclamação da graça de Deus, que tem proximidade com o ser humano em Jesus Cristo.

A seguir, o apóstolo refere-se a Abraão e cita Génesis 15,6: «Assim aconteceu com Abraão. E creu ele no Senhor, e foi-lhe imputado isto por justiça.» Ou seja, ele reconhece: «...os que são da fé são filhos de Abraão.» (Gl 3,6.7). A fé de Abraão, a sua confiança inabalável em Deus, são o motivo da justiça que lhe foi concebida. Este efeito, que é atribuído à fé de Abraão, tem efeitos decisivos em todos os que criam em Cristo e especialmente nos cristãos gentios. Estes têm a certeza de que são filhos de Abraão. E não são filhos de Abraão através da circuncisão, ou seja, através das obras da lei, como alguns o exigiam na comunidade cristã original, mas sim através da fé. Assim sendo, os cristãos gentios e os cristãos judeus são iguais e formam uma única comunidade.